



1 **Ata da 6ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos dez dias do mês de  
2 abril de dois mil e doze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde,  
3 situada na Rua XV de Novembro, nº 120, sala 03, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a sexta  
4 reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e  
5 Suplentes conforme lista de presença em anexa. Verificada a presença de quorum, a vice  
6 presidente Juliana de Jesus Maciel assumiu e procedeu à abertura dos trabalhos,  
7 cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes. Pauta do dia **1.** Leitura da  
8 Ata. **2.** Leitura dos ofícios. **3. Ordem do Dia. 3.1. Discussão sobre agendamento das**  
9 **Especialidades. 3.2. Apresentação do projeto de adequação das farmácias e prestação de**  
10 **contas das verbas da assistência farmacêutica do município.** A vice presidente fala que o  
11 presidente teve que se ausentar e esta em uma reunião sindical em Londrina. **1. Leitura e**  
12 **aprovação da Ata.** A provada a 5ª ata sem ressalvas. **2. Leitura dos ofícios.** 2º secretário Paulo  
13 Heusi e vice presidente Juliana de Jesus Maciel **3. Ordem do Dia. 3.1. Discussão sobre**  
14 **agendamento das Especialidades.** A conselheira Eliane de Freitas fala que gostaria de esclarecer,  
15 o Charles se manifestou que ele gostaria de estar presente porque sente o mesmo problema com  
16 o agendamento de urologia da Ipson o Dr. Carlos Marque já havia comentado conversou com ele  
17 e sugeriu o nome do Dr. Rubens diz que o mesmo problema dentro do agendamento da Ipson, no  
18 caso a Regional de Saúde que da uma informação e a Secretaria Municipal de Saúde da outra  
19 informação, existe uma contra versa entre os quatro agentes era isso que precisava buscar para  
20 ver a onde esta o problema, na santa casa não é só a pessoa encarregada pelo agendamento de  
21 consultas mais também a assistente social porque talvez os pacientes estejam saindo do Hospital  
22 da Santa Casa sem uma orientação, aí vai para a unidade de saúde, a 3ª Regional de Saúde  
23 informa que não existe fila de espera e a Secretaria Municipal de Saúde tem uma espera de seis  
24 meses, quem vai para a oncologia da Santa Casa deveria que ir para a 3ª Regional de Saúde  
25 porque tem o encaminhamento direto, mas não é a orientação que esta tendo na Santa Casa  
26 existe a contra versia e é isso que eu gostaria que fosse resolvido aqui; porque quando eu estava  
27 na saúde há dez anos já fiz este questionamento inclusive pedindo ao Jailson que era o chefe na  
28 época o relatório dos agendamentos tanto da Secretaria de Saúde de Ponta Grossa quanto da  
29 Região e este relatório até hoje não veio, existe uma divisão de consultas especializadas da região  
30 de Ponta Grossa de repente os médicos dizem que sobra que eles não têm pacientes os  
31 Municípios esta com uma agenda lotada de três a seis meses para conseguir consulta enquanto  
32 os médicos da Santa Casa quanto Vicentino estão reclamando por falta de pacientes. A Srª  
33 Simone Schenfeld Monçalves fala que fecha as consultas mensalmente e a 3ª regional de Saúde  
34 disponibiliza as consultas está lá agendada, realizadas, ofertadas; às vezes muitas vezes os  
35 pacientes não aparecem; não é só a Regional, o posto e não é só a Santa Casa os pacientes  
36 muitas vezes não aparecem na consulta, chegou ao hospital é automaticamente agendada é no  
37 dia. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que existe falha na 3ª regional das especialidades  
38 falha na secretaria de saúde sugere que o conselho convoque novamente todos eles solicite o  
39 relatório que a conselheira Eliane de Freitas pediu do agendamento das consultas com os códigos



## Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

40 de transação; se sai errado da unidade de saúde é falta de capacitação, erro da prefeitura se ele é  
41 tratado na Santa Casa e sai errado é erro da Santa Casa que não da informação correta vai para a  
42 3ª regional, diz ao diretor Jaime que vai cobrar a responsabilidade dele para a próxima reunião  
43 tudo que esta acontecendo isto é falha, completamente uma verdadeira vergonha para o  
44 Município esta falta de informações. A vice presidente fala que gostaria de fazer uma pergunta  
45 para a Eliane de Freitas, se foi encaminhada para a ouvidoria tanto do Estado como do Município. A  
46 conselheira Eliane de Freitas fala que não foi mandado porque, foi uma correria depois da  
47 sugestão dela ser internada na emergência do pronto socorro ela conseguiu acesso a Santa Casa e  
48 esta fazendo o tratamento de radioterapia, hoje ela iria fazer outro procedimento inclusive ela  
49 saiu da Santa Casa com morfina e a paciente não tinha como pegar o medicamento de morfina. A  
50 vice presidente fala que não aconselha ninguém segurar documento, sempre é bom mesmo que  
51 o conselheiro Sergio Doszanet falou que o Sistema Público não funciona, nós temos  
52 documentação ter para nos defender caso vá para frente (Ministério Público) é um caso que de  
53 repente ficou meio solto tentando resolver só que existe ouvidoria Municipal por mais que seja  
54 considerada pelos usuários ineficientes por isso que eles não procuram, e existe uma ouvidoria  
55 dentro da 3ª Regional de Saúde que se este caso fosse para dentro da ouvidoria da 3ª Regional de  
56 Saúde a Santa Casa perderia verba ela não recebia cem por cento da verba, é por isto que falo  
57 para os conselheiros que se souberem de casos de denuncia tem que ir para a ouvidoria do  
58 Estado, se for de alta complexidade porque assim eles vão ser penalizados eles não recebem cem  
59 por cento da verba. A conselheira Jaqueline Flizicoski fala que o POA (plano operativo anual) é  
60 um contrato que os hospitais Santa casa, Bom Jesus, Vicentino, Evangélico, Ana Carolina Lupion  
61 de Jaquariaiva e Ana Fiorilo de Castro eles tem um contrato que se chama POA com o estado o  
62 que é o POA eles tem uma serie de metas que eles (se refere aos hospitais) tem que cumprir  
63 tanto quantitativo como qualitativa estas metas são avaliadas mensalmente por uma comissão  
64 Estadual é na Regional de Saúde e fazem parte dessa comissão Conselho Municipal de saúde,  
65 Regional de Saúde, Hospitais, Secretaria Municipal de Saúde é o representante de cada entidade  
66 que esta participando da contratualização mensal, se reúne na Regional de Saúde é avaliado os  
67 hospitais tem metas quantitativas e qualitativas. Quanto as consultas de especialidades fala que  
68 vai falar mais quem tinha que estar se pronunciando era a Clarice, sabe que ela esta  
69 desenvolvendo um serviço de estar indo nos Municípios e saber o por que se tem tanta sobra de  
70 consultas na Central de leitos, não tem agendamento de consultas e todo mundo reclamando  
71 que tem fila de espera aguardando; a Clarice esta indo aos Municípios e verificando o porquê  
72 destas filas de espera. Fala que é justo chamar as pessoas que estão envolvidas neste serviço e  
73 solicitar documentação, fala que o CMS tem uma comissão de contratos acha que deveria ser  
74 levado para a comissão avaliar e a comissão levantar todos os dados e solicitar as documentações  
75 necessárias. A conselheira Sonia Santana fala que vai falar como enfermeira da unidade do jardim  
76 paraíso onde trabalha que o paciente vai consultar quando esta muito mal, não descobriu antes  
77 que tinha algum sintoma, não passou pelo posto não fez consultas não seguiu os tramites normal  
78 não foi para o especialista, porque é lá que vai conseguir o código de transação quando ele

---

### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua: XV de novembro número 120 – sala 03 – Ponta Grossa – Paraná

Email: [conselhodesaudepg@hotmail.com](mailto:conselhodesaudepg@hotmail.com) Fone: 3229 – 7407

79 consultar com o especialista da área, o que pode acontecer quando a pessoa é internada no  
80 pronto socorro muito mal deve ter sido isso de lá foi para a Santa Casa e lá verificou que era um  
81 câncer e tinha que ser atendida imediatamente por isso que ela recebeu orientação lá na Santa  
82 Casa que ela ou alguém da família deveria ir ao posto de saúde para falar com o medico do posto  
83 de saúde para o medico fazer o encaminhamento para daí ela passar pelo especialista e  
84 conseguir o código de transação e dar continuidade ao tratamento senão o paciente não  
85 consegue dar continuidade no tratamento. A conselheira Giselle Bombieri fala que esta na hora  
86 do CMS montar uma comissão e ir lá verificar se o cidadão esta sendo atendido a contento e se o  
87 dinheiro dele esta sendo empregado pra isso. Fala ainda que a Santa Casa ano passado tinha uma  
88 senhora precisando de internação num leito de isolamento a mulher pois os pés lá e ficou uma  
89 semana na Santa Casa de misericórdia sem poder fazer a cirurgia porque simplesmente não tinha  
90 o leito para colocar a mulher, aí liguei para a ouvidoria da Regional e a ouvidora da Regional  
91 tomou a providencia na mesma tarde, tinha conversado com a responsável da Santa Casa e ela  
92 lhe disse com todas as letras não tem leito não podemos fazer nada, liguei para a ouvidoria da  
93 Regional e foi resolvido na mesma tarde, então como de manhã não tinha e a tarde a ouvidoria  
94 conseguiu arrumar, não adianta ficar discutindo de quem é a responsabilidade é chamar o Dr.  
95 aqui esta é a minha opinião, existe portaria existe dinheiro e existe o Ministério trabalhando  
96 porque é que não estão qualificando e capacitando aí resolve se o problema de todos os  
97 pacientes, outra questão que quer levantar que esta na pauta farmacêuticos farmácia e  
98 medicamentos, estou vendo isso acontecer nas unidades de saúde onde o gestor tem que tomar  
99 providencia com isso sim porque tem medico consultando e dando receita lá no São José e  
100 mandando para outras unidades buscar remédio, chega lá o farmacêutico é impedido pelo gestor  
101 de soltar porque ele tem que ter um controle de medicamentos o medico liga para a Secretaria  
102 reclama com o amigo dele e a coisa acontece. Diz que tem que chamar atenção do Município sim  
103 porque tem fila de espera para especialidades a mais de oito a dez meses, quando liga e conversa  
104 com a Paola ela diz que não tem fila, me desculpe mais é falta de capacitação da ponta sim em  
105 algumas especialidades não tem fila e é falta de capacitação sim porque aquele coitadinho esta lá  
106 na casa dele esperando que a menina do posto ligue pra ele porque ela falou pra ele que assim  
107 vai fazer não esta acusando um funcionário esta dizendo que o sistema viciado, acha que parte  
108 deste Conselho as pessoas montarem uma comissão e recomeçarem o serviço e não é para  
109 depois de amanhã é pra já. A Srª Paola fala que não vai nem recomeçar e se omitiu porque o  
110 pessoal não esta todo aqui e é uma coisa muito ampla para quem esta de fora é mais simples  
111 julgar e não saber o que acontece no dia a dia tem muitas particularidades de cada especialidade  
112 sugiro que antes disso seja pedida toda a documentação necessária que eu possa ajudar nessa  
113 parte da Central do Estado do Município tem que saber o levantamento concreto tem coisas que  
114 ela não tem nem conhecimento como funciona tem que ver esta discussão de pauta como fica  
115 muito amplo o assunto acaba se chegando a parte alguma, pegando o fluxo de cada um onde  
116 começa quantas consultas são ofertadas, todo este levantamento vocês vão poder avaliar muito  
117 melhor para chegar a alguma conclusão, diz que é atendido mais de oito mil pacientes por mês só



118 de especialidades e isso não é uma coisa muito simples de se discutir e sempre vai ter alguém na  
119 fila de espera porque é muitos atendimentos e chamar todo mundo que esta envolvido para  
120 fazer parte desta comissão. O Dr. Carlos Eduardo Marque fala que é conselheiro e para ele esta  
121 discussão é muito importante e nós da ISPON temos o compromisso de atender todos os  
122 pacientes que chegam pra nós, quer deixar bem claro a todos que se houverem trezentas  
123 consultas vamos atender se for quinhentas vamos atender todas as quinhentas basta à consulta  
124 chegar a nós, não temos nenhuma restrição em atendimento de consultas e temos pessoal  
125 suficiente para atender esta demanda seja ela qual for queria deixar bem claro isso que na hora  
126 de resolverem as coisas se depender da nossa participação ela é exatamente essa. A conselheira  
127 Eliane de Freitas fala que tem muitas informações que faltam conhecimento, trazer o fluxograma  
128 de como funciona especialidade, atendimento básico o fluxo de como agendar para que todos  
129 tenham conhecimento de como funciona, governo do Estado e do Município é para trabalhar  
130 juntos não um contra o outro, as informações não chegam até o Município, Conselho e as  
131 pessoas que estão na ponta. **3.2. Apresentação do projeto de adequação das farmácias e**  
132 **prestação de contas das verbas da assistência farmacêutica do município.** O Sr. Julio Cezar K.  
133 Ribas fala que ano passado esteve aqui no Conselho solicitando autorização para utilização de  
134 quinze por cento de verba do governo Federal e do governo Estadual para compra de alguns  
135 equipamentos e de um veículo para a gerencia de farmácia foi autorizado mediante que eu viesse  
136 prestar contas aqui de alguns itens que vou falar primeiro o repasse do governo Federal  
137 referente a assistência farmacêutica do Município o governo repassa cinco reais e dez (R\$  
138 5,10)por habitante por ano esse valor o ano inteiro somou um milhão setecentos e trinta e oito  
139 mil seiscentos e doze reais e cinqüenta e nove centavos(R\$ 1.738.612,59) divididos em doze  
140 parcelas mensais, o governo Estadual repassa um real e oitenta e seis centavos (R\$ 1,86) por  
141 habitante ao ano no ano de 2011 somou quinhentos e oitenta e cinco mil trezentos e seis reais e  
142 setenta e dois centavos (R\$ 585.306,72), porem no ano passado repassou somente a metade  
143 deste valor a outra metade foi repassada no inicio deste ano; nos gastos com os medicamentos a  
144 assistência farmacêutica no ano passado gastamos um milhão setecentos e noventa e sete mil  
145 seiscentos e setenta e cinco reais e trinta centavos (R\$ 1. 797.665,30), as verbas que foram  
146 repassadas no ano passado foi utilizado novecentos e cinqüenta e cinco mil oitenta e cinco reais  
147 e onze centavos (R\$ 955.085,11) e foi utilizado uma verba do superative que vinha de vários anos  
148 anteriores deu oitocentos e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta reais e dezenove centavos  
149 (842.580,19) ainda foi utilizado na compra de medicamentos que não constam na rename com a  
150 verba 1303 que é verba da prefeitura no valor de trinta mil reais quinze reais e sessenta e sei  
151 centavos (R\$ 30.015,66) totalizando gastos com medicamentos da atenção básica de dois  
152 milhões e dez mil reais e seiscentos e noventa e sete reais (R\$ 2.010.697,00), teve um superávit  
153 que vem vindo de anos anteriores que somou com o do ano passado um bilhão trezentos e nove  
154 mil setecentos e seis reais e sei centavos (R\$ 1.309.706,06) este dinheiro esta vindo de anos  
155 anteriores é dinheiro que esta sobrando da assistência farmacêutica (diz que vai solicitar pauta  
156 para falar sobre exata dessas sobras), porque sobra dinheiro porque só podemos comprar os



157 medicamentos que estão na rename com o dinheiro que vem do governo Federal e Estadual não  
158 podemos comprar medicamentos para hospital e não pode comprar todos os medicamentos tem  
159 que ser da lista da rename. Falta de medicamentos não faltaram medicamentos no ano de dois  
160 mil e onze por falta de verba tivemos falta por atraso dos fornecedores e medicamentos incluídos  
161 na padronização do ano passado foram medicamentos novos que não tínhamos uma estimativa  
162 de consumo ainda não se sabia quanto que se iam gastar no ano destes medicamentos, alguns  
163 medicamentos que faltaram no ano passado faltou por determinado período glibenclamida,  
164 amitriptina, fluoxetina, ibuprofeno, carbonato de cálcio e carbonato de lítio a entrega destes  
165 itens foi regularizado no final do ano passado; esta faltando este ano formoterol, budesonida  
166 medicamentos que não fazem parte da rename medicamentos que é comprado com recursos do  
167 Município no final do ano passado tinha dinheiro não tinha recurso para comprar estes  
168 medicamentos ele não foi adquirido e até agora esta faltando tem uma licitação prevista para  
169 sair no mês de abril de 2012 para comprar estes medicamentos, esta faltando metoprolol que é  
170 um medicamento que foi incluído na ultima padronização não tinha estimativa de consumo foi  
171 um consumo muito grande que não havia previsão, esta faltando a levatiroxina e o ibuprofeno  
172 pela entrega do fornecedor; o governo do Estado até o ano de 2010 fazia o repasse financeiro em  
173 forma de medicamentos existe ainda uma quantidade que o governo do Estado tem que repassar  
174 dentro deste repasse se previa alguns itens mais ainda não repassamos para gente este ano  
175 porque não existia cotação do governo do Estado para comprar medicamentos, com relação a  
176 utilização dessas verbas no ano passado foi utilizado 15% das verbas da Assistência  
177 Farmacêutica, contrapartida Estadual do ano de 2011 e 15% das verbas da Assistência  
178 Farmacêutica, contrapartida Municipal do ano de 2011 o valor total é cento e setenta e cinco mil  
179 quinhentos e noventa e um reais e oitenta centavos; o dinheiro já esta disponível e já esta sendo  
180 feita as licitações para comprar os itens que foram autorizados o primeiro é a compra de um  
181 veículo no valor Estimado de setenta mil reais (R\$ 70.000,00), um caminhão de 2.500 cilindradas,  
182 com baú isotérmico dotado de ar condicionado, para fazer a adequação as normas da Vigilância  
183 Sanitária da entrega de medicamentos da central de abastecimentos para a prefeitura e vai para  
184 as unidades de saúde; Armários de aço total de 129 armários sendo contempladas quarenta e  
185 duas unidades três armários para cada unidade de saúde no valor estimado de setenta mil  
186 novecentos e cinqüenta reais (R\$ 70.950,00. Aquisição de Bins são caixas plásticas próprias para  
187 guardar medicamentos, cada unidade vai receber cem Bins total de quatro mil e duzentos Bins  
188 valor total de trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e um reais (R\$ 34.641,00)estes valores são  
189 estimados porque ainda não foram para licitação o preço pode baixar um pouco; as unidades  
190 contempladas são todas as unidades de Município e mais a farmácia central que também vai ser  
191 contemplada com armário. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala referente ao dinheiro que  
192 o Conselho aprovou cento e setenta e cinco mil que era para adequação do carro foi feito a  
193 resolução em vinte e dois de novembro de 2011, faz seis meses e ainda não foi feito nem a  
194 licitação. O Sr. Julio Cezar K. Ribas fala que tem a autorização da CIB (Comissão Intergestores da  
195 Bipartite), que saiu em março, diz que a licitação é um processo demorado e tem que seguir



196 vários tramites. Diz que alguns medicamentos faltaram por atraso do fornecedor os fornecedores  
197 foram notificados, foram penalizados, já está sendo feito licitação de uma maneira que vai  
198 agilizar a compra, vai ter três fornecedores se um não entregar o segundo vai entregar se o  
199 segundo não entregar o terceiro vai entregar o medicamento com isso espera-se que melhore na  
200 questão da falta de medicamentos. A conselheira Gizelle Bombieri fala que este medicamentos  
201 são vitais não existe nenhum substituto pra ele (o Julio responde que existe), como é suprida a  
202 necessidade do paciente qual a finalidade. O Sr. Julio fala que o paciente tem que procurar o  
203 médico e tentar substituir. A conselheira Gizelle Bombieri fala que o Ministério da Saúde abre  
204 todos os anos portarias para projetos para compra de material permanente para as unidades de  
205 saúde e hospitais, pergunta qual foi a ultima vez foi aberto a pagina de projetos do dinheiro vivo,  
206 porque aí não é necessário usar a verba do medicamento para comprar isso, tem uma verba  
207 especifica do Ministério da saúde. O Sr. Julio Cezar K. Ribas, fala que esta há oito meses na  
208 Secretaria de Saúde e durante este período não teve conhecimento nenhum disso. A vice  
209 presidente Juliana de Jesus Maciel fala que precisa do projeto da farmácia por escrito para enviar  
210 para encaminha para as comissões. O conselheiro Sérgio Doszanet fala que o projeto de Planos  
211 de Cargos e Salários da saúde, amanhã estará discutido com os representantes, este assunto  
212 referente o decreto lei nº 1318 de 2007 do Ministério da Saúde, e depois vai ser trazido para a  
213 plenária do CMS. O Sr. Sergio Roth fala que sábado às quinze horas na avenida vai ter uma  
214 passeata contra a corrupção da saúde. A vice presidente encerra a reunião às 20h30min.